

CONFERÊNCIA

OS JULGADOS DE PAZ

(Auditório do CDL, dias 17 e 18 de Dezembro)

Intervenção
de
Maria Judite Matias
Juíza de paz coordenadora do julgado de paz de Oliveira do Bairro

DIA 17-12-03

I-Enquadramento Geral dos Julgados de Paz

- . Definição
- . Princípios
- . Tramitação

DIA 18-12-03

II-A fase do Julgamento. O advogado nos Julgados de Paz

I

Enquadramento Geral dos Julgados de Paz

A revisão constitucional de 1997, consagrou os Julgados de Paz no n.º 2, do art. 209.º, integrando-os no âmbito do conceito de “tribunal” “*latu sensu*”. Deste modo, estamos perante um órgão de soberania (art. 110.º, n.º 1, da CRP), independente (art. 203.º, da CRP), com competência para administrar a justiça em nome do povo (art. 202.º, da CRP), proferindo decisões obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas, as quais prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades (art. 205.º, n.º 2, da CRP).

A denominação dada a estas estruturas faz parte da nossa história da administração da justiça, à semelhança do que era vigente em toda a Europa, tendo sido extinta pelas reformas levadas a cabo pelo Estado Novo, tendo tido destino semelhante em quase todos os sistemas europeus.

No entanto, os Julgados de Paz de hoje têm pouco a ver com os de então.

A partir da década de setenta, começou a sentir-se, um pouco por toda a Europa, a falência dos sistemas vigentes. Ao longo de décadas tinham-se tornado demasiado burocratizados, com reflexos na lentidão dos processos, com custos muito elevados e, sobretudo na área cível, os procedimentos foram criando um certo distanciamento entre as pessoas intervenientes nos processos. É certo que ao longo dos tempos foram sendo introduzidas algumas inovações, mas os objectivos centravam-se mais na condução dos processos do que na resolução dos conflitos.

Ao mesmo tempo que se começam a desenhar meios alternativos aos tribunais para resolução dos conflitos, sobretudo por impulso das empresas que começaram a contabilizar os prejuízos decorrentes do custo dos processos e das delongas dos mesmos, ressurgiram os Julgados de paz.

No primeiro caso, com clara inspiração nos denominados ADR, (Alternative Dispute Resolution) muito desenvolvidos nos EUA, surge o conceito de mediação e a criação de organismos apelando à adesão a este meio inovador de resolução consensual de litígios; os Julgados de Paz, ou Juízes de Proximidade na terminologia francesa, surgem como tribunais de pequena instância, vocacionados para o apaziguamento social, privilegiando a participação das partes na concertação do litígio. No nosso sistema, o legislador subordinou-os a princípios fundamentais,

dirigidos, também, a fins de natureza social, configurando-os como modelo alternativo aos Tribunais clássicos. No âmbito dos procedimentos, o legislador introduziu um meio alternativo de resolução de conflitos, que é a mediação. A mediação é, assim, um meio alternativo de resolução de conflitos enxertado nos procedimentos dos Julgados de Paz; por se tratar de “meio alternativo...”, a sua realização exige adesão bilateral, o que já não acontece em sede de conciliação a promover pelo Juiz de Paz na audiência de julgamento.

DEFINIÇÃO

Deste modo, como definição, podemos reter a ideia de um Tribunal, embora diferente dos tribunais comuns na sua forma de agir. Essas diferenças decorrem dos princípios que os orientam, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, aprovada por unanimidade e vulgarmente chamada “Lei dos Julgados de Paz”, a qual estabelece que estes Tribunais são criados por diploma do governo, o qual determinará a sua circunscrição territorial (art. 3.º), que a sua instalação é feita através de Portaria do Ministério da Justiça (art. 17.º), na qual se definem os respectivos serviços, horário de funcionamento (art. 20.º) e a sua sede (art. 4.º, n.º 2), aspectos que já os especificam no contexto dos outros Tribunais. Este normativo tem como pressuposto dois aspectos fundamentais:

- 1- O impulso de criação e instalação cabe às autarquias;
- 2- A organização interna e o horário de funcionamento é ajustado às necessidades e características da comunidade que se destina a servir.

PRINCÍPIOS- Artigo 2.º, da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho

“ 1- A actuação dos julgados de paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

2-Os procedimentos nos julgados de paz estão concebidos e são orientados por princípios de simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual”.

A especificação deste texto não deixa grande margem para dúvidas. Em todo o caso permito-me transcrever o que, a propósito, escreve o Sr. Conselheiro Cardona Ferreira, na anotação a este artigo da Lei dos Julgados de Paz:

- **“Simplicidade:** Que não pode confundir-se com facilitismo, mas que significa a eliminação de tudo o que seja mero ritual sem conteúdo útil, tendo em vista os objectivos.
- **Adequação:** Ou seja, o modo como os actos decorrem devem ter em vista, sempre, a razão de ser de cada acto e os referidos objectivos finais; penso que, aqui encontra-se espelhado, para aprofundamento, o princípio referenciado pelo artigo 265.º - A do Código de Processo Civil: “ Quando a tramitação processual prevista na lei não se adequar às especificidades da causa, deve o Juiz oficiosamente, ouvidas as partes, determinar a prática dos actos que melhor se ajustem ao fim do processo, bem como as necessárias adaptações”. Isto vale por dizer que a lei já procura adequar-se à estratégia dos Julgados de Paz; mas também quem, neles, servir tem de assumir a responsabilidade de sobrepor os fins às formas. Todavia, é óbvio que, em princípio e salvo injustificação concreta, os actos previstos nesta lei deverão ser realizados.
- **Informalidade:** É um princípio que constitui, com os outros, um conjunto de contornos semelhantes. O que deve prevalecer é o conteúdo dos actos e a sua razão de ser e não a sua forma. Isto tem que ver com o próprio relacionamento entre utentes e os servidores dos Julgados de Paz que, mesmo nos actos oficiais, sem quebra de civismo, das regras de educação e do respeito mútuo, deve reflectir compreensão para com os problemas dos utentes e, até, uma certa proximidade humana, desde que não prejudique o discernimento, a imparcialidade e a capacidade de quem deva orientar ou decidir.
- **Oralidade:** Ultrapassando as querelas sobre os registos dos actos, este tipo de Tribunais (já citámos ao artigo 209.º da Constituição da República) não poderia deixar de privilegiar a oralidade, quer por via da proximidade humana que tem de existir nos Julgados de Paz, quer atendendo à confidencialidade de certos actos (v. g. Artigos 30.º, n.º 2, 35.º, n.º 1, 52.º, n.º 2). Já o julgamento, quando tenha de acontecer, por princípio, será público (artigo 206.º da Constituição da República) mas, ainda aí, a procura de conciliação e pacificação e a proximidade, entendida como o máximo de imediação, se compaginam com a oralidade. Lá diz a frase popular: “falando é que a gente se entende”.
- **Absoluta economia processual:** Isto significa que os actos processuais serão reduzidos ao mínimo indispensável. Os actos processuais não são importantes. Importantes serão os resultados”.

Por isso, quanto aos princípios vou destacar apenas um ponto que, em meu entender constitui a chave do sistema e algumas notas decorrentes da nossa experiência.

O princípio da proximidade não se encontra explicitado directamente no texto do n.º2, talvez porque, em meu entender, é mais de que um princípio; é a razão de ser, é um pressuposto donde decorrem todas as características e todos estes princípios dos Julgados de Paz e a ele se alude quando no n.º 1, se alude à “participação cívica dos interessados”. Na essência, o grande objectivo é diminuir a distância que entre o cidadão e as envolventes de todo o processo de administração da Justiça:

- a) distância geográfica;
- b) distância entre o momento da interposição da acção e a prolação de sentença e cumprimento da mesma;
- c) distância económica;
- d) distância no acolhimento ou trato social.

A concertação ou parceria entre as autarquias e o Ministério da Justiça, permite a instalação de Julgados de Paz mais próximo das partes em conflito; o tempo de decurso dos processos é substancialmente reduzido; as custas são apenas 70€ e também estão abrangidas pelo apoio judiciário; os técnicos de atendimento têm formação específica que os orienta no sentido da inteira disponibilidade quer para as partes quer para os advogados e solicitadores, sendo certo que também estes se queixam dos mesmos males e os Julgados de Paz estão ao serviço de todos.

O princípio da simplicidade está indissociavelmente ligado à informalidade, oralidade e economia processual, que por sua vez permite uma maior celeridade. Permite que os factos não sejam articulados de acordo com as regras do processo civil, que obrigam a uma certa lógica sequencial entre os factos, causa de pedir e pedido, o que, por vezes, dificulta a tarefa do Juiz de Paz mas, por outro lado, se articula com a agilidade do eventual aperfeiçoamento a fazer na audiência de julgamento, onde a proximidade volta a estar em evidência, na medida em que permite às partes explicitar, de viva voz, as suas razões, como veremos a propósito desta última fase dos procedimentos.

O Princípio da celeridade é favorecido por muitos aspectos que decorrem da proximidade, simplicidade, oralidade e adequação. Mesmo em processos em que se revela necessário uma deslocação ao local, a agilidade com que se decide e executa esse procedimento, habilita o juiz a decidir em tempo tão reduzido que a média de duração dos processos situa-se em 35 dias.

TRAMITAÇÃO

- 1- Requerimento inicial- art. 43.º
- 2- Citação do demandado- art. 45.º
- 3- Contestação- art. 47.º
- 4- Pré -Mediação- art. 49.º
- 5- Mediação- art. 53.º
 - Homologação de Acordo art. 56.º
- 6- Audiência de Julgamento- art. 57.º
 - Conciliação- art. 26.º, n.º 1

- 7- Decisão- art. 60.º e 61.º
 - a) homologação de acordo
 - b) sentença
- 8- Recurso- art. 62.º

II

A FASE DO JULGAMENTO. O ADVOGADO NOS JULGADOS DE PAZ

1- A FASE DO JULGAMENTO

A proximidade a que aludimos, manifesta-se desde a recepção das partes e seus mandatários. Os intervenientes no processo são recebidos pelo Juiz de Paz, que os cumprimenta individualmente. Esta atitude tem como objectivo descontraír as partes, criando um ambiente propício ao diálogo e à concertação. A colocação dos intervenientes, sentados ao mesmo nível, à volta de uma mesa, é outro aspecto não menos importante. O Juiz de Paz, que previamente analisa o processo e estuda a questão de acordo com os elementos nele constantes, pergunta se há algo a juntar e convida as partes a exporem, agora de “viva voz”, começando pelo demandante, as suas razões. Em grande parte dos casos, descobrem-se causas alheias à questão controvertida, permitindo ao juiz conhecer elementos decisivos para a conciliação. Porque de conciliação se trata, nesta fase, o Juiz de Paz vai sugerindo hipóteses, muitas vezes com a ajuda dos advogados. Já tem acontecido, mesmo em sede de conciliação, sentir-se a necessidade de deslocação ao local, embora esta diligência seja mais frequente quando se constata a impossibilidade de acordo e o Juiz de Paz, que procura a verdade material, para melhor decidir, entende ver o local em causa, sobretudo em questões que envolvem determinados direitos reais. Esta diligência, ao invés do que possa parecer, resulta em economia tempo.

Dou-vos um exemplo concreto: uma demandante vem dizer que o demandado ergueu uma parede no seu prédio, na qual abriu uma janela de grandes dimensões sobre a sua propriedade; na contestação disse-se que não era verdade, que a dita parede já lá estava há anos, tendo sido feita sob orientação do próprio marido da demandante, tio do demandado. Ambas as partes estavam assistidas por advogado. Mau grado haver no processo documentos fotográficos e os esclarecimentos prestados pelas partes, a

situação estava cada vez mais confusa. O Juiz de Paz pediu ajuda aos advogados, os quais disseram que também não estavam a perceber, porque nunca tinham visto o local. De imediato se decidiu continuar a audiência no local, com evidente ganho de tempo e menor desgaste emocional. Chegados lá, verificou-se que as fotos demonstravam uma situação factual distorcida, por evidente ilusão de óptica e que não tinha sido construída nenhuma parede, mas sim implantada uma marquise em cima de um murete construído há anos. Independentemente da decisão, que para aqui não importa, relevaria sim, para este efeito, ouvir a opinião destes advogados, não só quanto à actuação do Julgado de Paz mas também quanto à valia científica da decisão.

Na sequência da audiência de julgamento são ouvidas as testemunhas. O princípio da adequação permite que, se o Juiz de Paz entender, se suspenda a audiência para reflexão e boa decisão da causa. As questões apreciadas pelos Julgados de Paz só são “pequenas causas” quanto ao valor. Do ponto de vista quer jurídico quer social, são tão grandes quanto as “maiores”.

2- O ADVOGADO NOS JULGADOS DE PAZ

Há quem se esforce por fazer passar a ideia de que os Julgados de Paz são inimigos dos advogados. Admiti esse receio há dois anos atrás. Hoje já não é admissível. O Julgado de Paz onde presto serviço (Oliveira do Bairro) situa-se numa comunidade que eu considero mista: meio rural, meio citadina, sendo, por isso, um bom exemplo para quem gosta de fazer distinções neste plano, na medida em que é pluridisciplinar em questões de natureza jurídica. Os primeiros advogados que contactaram o Julgado de Paz foram, é certo, “arrastados” pela parte demandada. Mas o facto de ser uma comunidade pequena (há catorze advogados inscritos no concelho), depressa desfez os receios, pela opinião transmitida entre colegas. Verificaram e reflectiram sobre o seguinte:

- 1- Na maior parte dos casos que cabem na competência material dos Julgados de Paz, se os mesmos transitassem nos tribunais judiciais a intervenção de advogado não seria obrigatória;
- 2- As questões relacionadas com cumprimento de dívidas cujos montantes são muito reduzidos, nunca o credor os consultaria (há casos em que os advogados, em casos destes, remetem o cliente directamente para o julgado);
- 3- O Julgado de Paz, frequentemente, aconselha as partes a constituir advogado, como é o caso dos direitos reais e em particular as acções onde se invoca a usucapião.

Da nossa experiência resulta a convicção de que a intervenção dos advogados é inestimável. A este propósito permito-me lançar um repto: porque não perguntar aos advogados que habitualmente assistem os seus clientes no julgado de paz se o querem perder?

